

Divida Externa

ACERTO EXTERNO

GAZETA MERCANTIL

14 NOV 1991

Encontro com Camdessus define negociação

por Maria Clara R. M. do Prado
de Washington

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, reúne-se hoje com os técnicos da missão brasileira que está em Washington há dez dias para fechar os números do acordo de ajuste econômico do tipo "stand-by" que o País pretende conseguir para implementação já partir de janeiro do ano que vem.

O encontro com Camdessus vai selar o encerramento da fase de negociações em nível técnico, abrindo caminho para que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, envie ainda na semana que vem a carta de intenções, formalmente, ao diretor-gerente do organismo. A expectativa, no entanto, é de que a carta só seja remetida ao "board" do FMI por Camdessus depois que o Congresso Nacional tiver

aprovado as medidas tributárias anunciadas no início deste mês e que são necessárias para o País conseguir um superávit fiscal primário (desconta as correções monetária e cambial, além dos juros internos e externos) da ordem de 3% do PIB em 1992.

Ontem o secretário Nacional de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Pullen Parente, confirmou que os trabalhos estão praticamente finalizados, faltando fechar ainda alguns números das metas fiscais em termos trimestrais. O Brasil pretende assinar com o FMI um acordo "stand by" com duração de 20 meses e é possível que isto implique financiamento da ordem de US\$ 2,2 bilhões (sendo US\$ 1,2 bilhão para 1992 e US\$ 1 bilhão para 1998) ao longo da duração do programa. O valor do empréstimo do FMI, no entanto, depende de uma

definição do "board", mas a conta que se faz, grosso modo, prevê em média US\$ 100 milhões por mês com desembolsos trimestrais.

Há uma intenção do governo brasileiro de recorrer ainda no ano que vem a um pedido de transformação do acordo "stand-by" em acordo do tipo "extended fund facility" (EFF). Este acordo representa um apoio maior do FMI ao país interessado em resolver definitivamente seus problemas de desajuste econômico, mas também exige como condição a implementação de reformas estruturais.

"Um acordo do tipo 'extended facility' ajudaria resolver a questão dos 'enhancements' (garantias) que vem sendo negociada com os bancos credores privados", atestou Parente. O diretor do departamento de assuntos internacionais do Ministério da

Economia, embaixador José Arthur Denot Medeiros, previu que o País terá de esperar pelo menos até meados do ano que vem (isto abrangeria dois trimestres de acordo do tipo "stand-by" com o FMI) para pleitear um acordo do tipo "extended facility", mas este jornal apurou com fonte credenciada do FMI que não há nenhuma exigência de prazo. O organismo, porém, precisa ter a certeza de que o País está implementando as reformas necessárias que o tornam elegível a um EFF.

Parente também confirmou ontem que o País está contando com desembolsos adicionais do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para fechar as projeções do balanço de pagamentos, tendo como objetivo ampliar as reservas internacionais do País. "Tivemos sinalizações favoráveis dos dois organismos sobre a possibilidade de empréstimos setoriais, de rápido desembolso, serem liberados já a partir do ano que vem", disse ele, confirmando que em nível de

Banco Mundial a probabilidade a curto prazo aponta para a aprovação de um projeto de reforma do comércio externo, cujo setor o governo já tomou as iniciativas básicas que seriam requeridas para efeito de liberalização do fluxo comercial com outros países. O Brasil precisa de cerca de US\$ 500 milhões adicionais, além dos desembolsos programados em razão dos projetos já aprovados, para poder equilibrar o fluxo de pagamentos com o próprio BID e o Banco Mundial.